

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.543, de 26 de abril de 2023.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2023, para os fins que especifica.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 504.072,45 (quinhentos e quatro mil, setenta e dois reais e quarenta e cinco centavos).

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Especial estão constantes abaixo:

02	05	01	SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO			
04.123.0004.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE			
Ficha	1095	3.3.30.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fonte	01	434.675,03
02	08	01	SECRETARIA MUN DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
08.244.0007.2046.1320			TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
Ficha	1092	3.3.50.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	95	17.264,60
08.244.0007.2046.1330			TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
Ficha	1093	3.3.50.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	95	6.088,27
08.244.0007.2022.1332			PSE - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - ALTA			
Ficha	1094	3.3.70.41.00	CONTRIBUIÇÕES	Fonte	95	46.044,55

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I- **R\$ 69.397,42 (sessenta e nove mil, trezentos e noventa e sete reais e quarenta e dois centavos) resultantes de superávit financeiro** apurado no exercício anterior, nos termos do artigo 43, § 1.º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II- **R\$ 434.675,03 (quatrocentos e trinta e quatro mil, seiscentos e setenta e cinco reais e três centavos) de anulação parcial das seguintes dotações**, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02	05	01	SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO			
04.123.0004.2003.0000			GESTÃO ADMINISTRATIVA			
Ficha	159	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte	01	-434.675,03

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º desta Lei.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 26 de abril de 2023.


LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.545, de 26 de abril de 2023.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2023, para os fins que especifica.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 126.049,74 (cento e vinte e seis mil, quarenta e nove reais e setenta e quatro centavos).

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Especial estão constantes abaixo:

02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.122.0010.2004.0000			MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS			
Ficha	1089	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fonte	92	61.161,04
10.122.0010.2004.0000			MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS			
Ficha	1090	4.4.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fonte	92	64.888,70

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I- **R\$ 126.049,74 (cento e vinte e seis mil, quarenta e nove reais e setenta e quatro centavos) resultantes de superávit financeiro** apurado no exercício anterior, nos termos do artigo 43, § 1.º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º desta Lei.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 26 de abril de 2023.


LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.544, de 26 de abril de 2023.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2023, para os fins que especifica.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais).

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Suplementar estão constantes abaixo:

02	03	03	DIVISÃO DE EVENTOS CULTURAIS			
13.392.0013.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE			
Ficha	124	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	20.000,00
02	04	01	SECRETARIA MUN DE ADMINISTRAÇÃO - SMA			
04.122.0004.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE			
Ficha	141	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	250.000,00

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I – **R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) de anulação parcial das seguintes dotações**, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02	05	01	SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO			
28.843.0004.2042.0000			GESTÃO ADMINISTRATIVA			
Ficha	186	4.6.90.71.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA	Fonte	01	-270.000,00

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º desta Lei.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 26 de abril de 2023.


LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.546 , de 11 de maio de 2023.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2023, para os fins que especifica.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Especial estão constantes abaixo:

02	08	04	FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO			
08.241.0007.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE			
Ficha	1097	3.3.50.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	93	40.000,00
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.301.0010.1002.0000			ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE (INVESTIMENTO)			
Ficha	1099	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	92	100.000,00

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I - **R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) resultantes de superávit financeiro** apurado no exercício anterior, nos termos do artigo 43, § 1.º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º desta Lei.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 11 de maio de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.547, de 11 de maio de 2023.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2023, para os fins que especifica.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 272.893,15 (duzentos e setenta e dois mil, oitocentos e noventa e três reais e quinze centavos).

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Suplementar estão constantes abaixo:

02	03	02	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO			
23.695.0018.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE			
Ficha	95	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	05	25.000,00
02	07	01	SECRETARIA MUN DE AGRICU PECU ABASTEC MEIO AMBIENTE			
18.541.0015.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS			
Ficha	244	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01	29.062,19
02	08	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.244.0007.1001.1322			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
Ficha	347	3.3.90.39.00		Fonte	01	60.000,00
08.244.0007.2021.1322			PSE - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - MÉDIA			
Ficha	403	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01	24.900,00
08.244.0007.2021.1322			PSE - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - MÉDIA			
Ficha	409	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01	50.000,00
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.303.0010.2036.0000			MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)			
Ficha	813	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01	40.000,00
02	12	01	SECRETARIA MUN DE COMUNICAÇÃO SOCIAL			
04.131.0004.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE			
Ficha	890	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01	11.000,00
02	13	00	SECRETARIA MUN DE GOVERNO - SMG			
04.122.0004.2103.0000			APOIO À MANUTENÇÃO DE ÓRGÃOS ESTADUAIS E FEDERAIS OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
Ficha	897	3.3.90.39.00		Fonte	01	32.930,96

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I – R\$ 272.893,15 (duzentos e setenta e dois mil, oitocentos e noventa e três reais e quinze centavos) de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02	03	03	DIVISÃO DE EVENTOS CULTURAIS			
13.392.0013.2120.0000			PROMOÇÃO DA CULTURA			
Ficha	124	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	-25.000,00
02	05	01	SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO			
04.123.0004.2003.0000			GESTÃO ADMINISTRATIVA			
Ficha	159	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte	01	-29.062,19
02	08	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.244.0007.2021.1322			GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Ficha	407	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	-134.900,00
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.122.0010.2035.0000			GESTÃO DA SAÚDE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA			
Ficha	736	3.3.90.40.00		Fonte	01	-40.000,00
02	13	00	SECRETARIA MUN DE GOVERNO - SMG			
04.122.0004.2120.0000			GESTÃO ADMINISTRATIVA			
Ficha	899	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01	-23.930,96
04.122.0004.2120.0000			GESTÃO ADMINISTRATIVA			
Ficha	901	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	-20.000,00

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 11 de maio de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.548, de 11 de maio de 2023.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2023, para os fins que especifica.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 3.090.000,00 (três milhões e noventa mil reais).

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Suplementar estão constantes abaixo:

02	06	01	SECRETARIA MUN DE OBRAS, INFRAEST E DESENV URBANO-SMOIDU			
15.451.0014.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS			
Ficha	205	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	2.005.000,00
15.452.0014.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE			
Ficha	232	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	574.000,00
02	08	03	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE			
08.243.0007.2024.0000			AÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE			
Ficha	435	3.3.50.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	267.000,00
08.243.0007.2024.0000			AÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE			
Ficha	438	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	10.000,00
08.243.0007.2025.0000			FORTELECIMENTO DA REDE DA INFÂNCIA E JUVENTUDE			
Ficha	443	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	Fonte	01	5.000,00
08.243.0007.2025.0000			FORTELECIMENTO DA REDE DA INFÂNCIA E JUVENTUDE			
Ficha	445	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	24.000,00
08.243.0007.2025.0000			FORTELECIMENTO DA REDE DA INFÂNCIA E JUVENTUDE			
Ficha	447	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01	5.000,00
02	09	13	EDUCAÇÃO BÁSICA			
12.361.0011.2044.0000			MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR			
Ficha	586	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01	130.000,00
12.361.0011.2044.0000			MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR			
Ficha	588	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	70.000,00

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I – R\$ 3.090.000,00 (três milhões e noventa mil reais) de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02	05	01	SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO			
04.123.0004.2003.0000			GESTÃO ADMINISTRATIVA			
Ficha	159	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte	01	-2.890.000,00
02	09	13	EDUCAÇÃO BÁSICA			
12.364.0011.2044.0000			GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA			
Ficha	617	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01	-200.000,00

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º desta Lei.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 11 de maio de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.549 , de 11 de maio de 2023.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2023, para os fins que especifica.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 285.791,30 (duzentos e oitenta e cinco mil, setecentos e noventa e um reais e trinta centavos).

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Especial estão constantes abaixo:

02	03	02	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO			
			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS			
Ficha	1059	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01	60.000,00
			FUNDO ESPECIAL DOS BOMBEIROS			
			MANUTENÇÃO DA UNIDADE			
Ficha	1100	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	92	16.029,30
			MANUTENÇÃO DA UNIDADE			
Ficha	1101	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	02	9.722,00
			SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO			
			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL			
Ficha	1102	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA OFSS	Fonte	95	184.040,00
			SECRETARIA MUN DE OBRAS, INFRAEST E DESENV URBANO-SMOIDU			
			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS			
Ficha	969	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01	8.000,00
			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS			
Ficha	972	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	02	8.000,00

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I- **R\$ 16.029,30 (dezesseis mil, vinte e nove reais e trinta centavos) resultantes de superávit financeiro** apurado no exercício anterior, nos termos do artigo 43, § 1.º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II- **R\$ 9.722,00 (nove mil, setecentos e vinte e dois reais) de excesso de arrecadação**, nos termos do artigo 43, §1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III- **R\$ 260.040,00 (duzentos e sessenta mil e quarenta reais) de anulação parcial das seguintes dotações**, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

			SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO			
			GESTÃO ADMINISTRATIVA			
Ficha	159	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte	01	-76.000,00
			SECRETARIA MUN DE AGRICU PECU			
			ABASTEC MEIO AMBIENTE			
			GESTÃO DO MEIO AMBIENTE / AGRICULTURA			
Ficha	1036	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	91	-79.751,75
			GESTÃO DO MEIO AMBIENTE / AGRICULTURA			
Ficha	1037	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	91	-4.288,25
			GESTÃO DO MEIO AMBIENTE / AGRICULTURA			
Ficha	1038	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	91	-100.000,00

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º desta Lei.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 11 de maio de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 17 de maio de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.553, de 17 de maio de 2023.

Autoriza a concessão do direito real de uso de bens imóveis localizados no Aeródromo de Jales - SDJL e dá outras providências.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Jales aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar a Concessão do Direito Real de Uso de 02 (dois) prédios (hangares), bem como de toda estrutura que circunda o Aeródromo Municipal, como cercas, pátios e áreas gramadas, localizados na Avenida Guilherme Soncini, nº 1916, Bairro Aeroporto, município de Jales, estado de São Paulo, de propriedade do Município de Jales.

Parágrafo único. A outorga da Concessão de que trata este artigo será onerosa, em prestações mensais, pelo prazo de 120 (cento e vinte) meses, podendo ser prorrogada por igual período, caso haja interesse público.

Art. 2.º A outorga da Concessão de que trata o Art. 1º será feita mediante processo licitatório em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município de Jales.

Art. 3.º Caberá à Concessionária vencedora do certamente licitatório, por sua conta e risco:

I - Fazer todas as adequações e manutenções que se fizerem necessárias nos prédios, bem como toda estrutura que circunda o Aeródromo Municipal, como cercas, portões, pátios e áreas gramadas, objeto da Concessão, inclusive as relacionadas à segurança de combate a incêndio, segurança operacional do aeródromo, roçagens, meio ambiente, higiene, entre outras;

II - Pagar as tarifas de energia elétrica, telefone, internet, água e esgoto que vier a consumir em razão da utilização do objeto da Concessão.

Art. 4.º A Concessionária não poderá transferir seus direitos de Concessão a terceiros seja parte ou todo, sem autorização prévia e por escrito do Município de Jales.

Art. 5.º As construções, adequações, obras de infraestrutura e obras de fechamento de divisas que forem construídas e implementadas pela Concessionária, ao final da Concessão, serão incorporadas ao patrimônio público do Município de Jales, sem obrigação de ressarcimento pelos valores nelas despendidos.

Art. 6.º É expressamente proibida a exploração comercial da pista de pousos e decolagens do Aeródromo Privado de Jales - Código OACI: SDJL, em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica.

§ 1.º A Concessão do Direito Real de Uso ora realizada não poderá impedir ou embarçar o uso do Aeródromo, destinado para pousos e decolagens, por parte de aeronaves privadas e/ou governamentais.

§ 2.º A Concessionária poderá utilizar a pista para pousos e decolagens, devendo a mesma realizar e manter sempre atualizados os registros de pousos, decolagens e ocorrências quando da utilização do Aeródromo Privado de Jales (SDJL).

Art. 7.º A Concessionária fica responsável pela guarda, controle de acesso, conservação e manutenção de todas as instalações concedidas durante o período de vigência da Concessão.

Art. 8.º Fica reservado ao Município de Jales o direito de fiscalizar, quando julgar necessário, as obras e instalações da Concessionária.

Parágrafo único. A Concessionária deverá relatar mensalmente, ao Executivo Municipal, até o termo final do contrato de Concessão, o andamento de obras, reformas, manutenções, controle de pousos, decolagens e demais atividades desenvolvidas no local.

Art. 9.º Durante a vigência do contrato de Concessão e em razão desta Lei, todos os encargos civis, administrativos e tributários que incidirem sobre os imóveis ora concedidos ou atividade exercida ficarão a cargo da Concessionária.

Art. 10. Ficam proibidas quaisquer explorações de propagandas e anúncios comerciais nas instalações concedidas através desta Lei.

Art. 11. Havendo interesse público municipal ou por determinação dos órgãos federais encarregados da regulação e/ou fiscalização dos aeródromos, a concessão poderá ser revogada a qualquer tempo, resguardando o direito de recebimento dos valores gastos por parte da Concessionária quando da realização de benfeitorias necessárias autorizadas pelo Poder Público.

Art. 12. O Concedente não se responsabiliza pelas obrigações de natureza trabalhista, tributária e previdenciária ou de qualquer outra natureza que seja responsabilidade da Concessionária relativa à exploração de qualquer atividade.

Art. 13. Findo o prazo de vigência da Concessão autorizada por essa Lei ou no caso de revogação antes do prazo de vigência na forma prevista no Art. 11, a Concessionária fica obrigada a restituir todas as instalações ora concedidas no mesmo estado de conservação em que receber.

Parágrafo único. Havendo danos causados pela Concessionária, inclusive por terceiros, independentemente da devolução do bem concedido, a mesma fica obrigada a repará-los no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de o Concedente repará-los, às suas expensas, e cobrar o equivalente pela via judicial da Concessionária.

Art. 14. O valor das prestações mensais da Concessão de uso não poderá ser inferior ao valor da Avaliação obtida por Comissão Especial, designada pelo Poder Público Municipal, conforme o preço ajustado no procedimento licitatório.

Parágrafo único. O inadimplemento de 02 (duas) prestações contínuas ou de 03 (três) prestações alternadas durante o prazo de Concessão, a título de remuneração ao Concedente, acarretará a rescisão do contrato de Concessão.

Art. 15. Esta Lei poderá ser regulamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo do Município de Jales.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 4.637, de 17 de abril de 2017.

Paço Municipal "Valentim Paulo Viola", 17 de maio de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.554, de 17 de maio de 2023.

Disciplina o uso do Sistema Viário Urbano Municipal para a exploração de serviço de transporte individual privado remunerado de passageiros por aplicativos, e dá outras providências.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Esta Lei regulamenta o uso em atividades econômicas do Sistema Viário Urbano do Município para a exploração de serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, não aberto ao público, para a realização de viagens individualizadas ou compartilhadas, intermediado por aplicativos que sejam específicos para esse fim, doravante chamados de "aplicativos de transporte".

CAPÍTULO I

DO USO DO SISTEMA VIÁRIO URBANO

Art. 2.º O uso e a exploração do Sistema Viário Urbano de Jales devem observar as seguintes diretrizes:

I – Evitar a ociosidade ou sobrecarga da infraestrutura disponível;

II – Racionalizar a ocupação e a utilização da infraestrutura instalada;

III – Proporcionar melhoria nas condições de acessibilidade e mobilidade;

IV – Promover o desenvolvimento sustentável do Município de Jales, nas dimensões socioeconômicas, inclusivas e ambientais;

V – Garantir a segurança nos deslocamentos das pessoas;

VI – Incentivar o desenvolvimento de novas tecnologias que aperfeiçoem o uso dos recursos do sistema;

VII – Harmonizar-se com o estímulo ao uso do transporte público e meios alternativos de transporte individual.

SEÇÃO I

DAS DEFINIÇÕES

Art. 3.º Para efeito de interpretação desta Lei entende-se por:

I – Sistema Viário Urbano – Conjunto de vias da Cidade;

II – ETTs – Empresas de Tecnologia e Transporte que disponibilizam os aplicativos de transporte;

III – Aplicativos de Transporte – Programas (softwares) desenvolvidos para serem utilizados principalmente em smartphones que visam integrar usuários (motoristas e passageiros) às ETTs.

CAPÍTULO II

DO SERVIÇO DE TRANSPORTE REMUNERADO PRIVADO INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS

SEÇÃO I

DO SERVIÇO

Art. 4.º O direito ao uso do Sistema Viário Urbano de Jales para a exploração de atividade econômica de transporte remunerado privado individual de passageiros somente será conferido a motoristas de aplicativos de transporte cadastrados pelas ETTs.

Art. 5.º As ETTs que disponibilizam o serviço através dos aplicativos de transporte em operação no Município ficam obrigadas a disponibilizar ao Órgão Executivo Municipal de Mobilidade Urbana os relatórios periódicos, com dados estatísticos e agregados relacionados às rotas e distâncias percorridas em média, estatísticas das viagens iniciadas e/ou finalizadas, com objetivo de subsidiar o planejamento de mobilidade urbana do Município, desde que garantida a privacidade e a confidencialidade dos dados pessoais dos usuários e motoristas, na forma da legislação vigente.

SEÇÃO II

DO USO DO SISTEMA VIÁRIO URBANO

Art. 6.º O uso do Sistema Viário Urbano de Jales para a exploração de atividade econômica de transporte remunerado privado individual de passageiros pelos motoristas cadastrados de aplicativos de transporte, fica condicionado ao pagamento dos tributos incidentes sobre as ETTs.

Parágrafo único. Os motoristas de outros municípios somente poderão prestar os serviços de que trata esta Lei se for de forma continuada e exclusivamente aos passageiros que trouxeram de outros municípios e pelos quais foram contratados, inclusive para o serviço de retorno.

SEÇÃO III

DA POLÍTICA DE PREÇOS

Art. 7.º A liberdade de preços praticada pelas ETTs ou motoristas não impede que o Município exerça suas competências de fiscalizar e reprimir práticas desleais e abusivas cometidas pelos motoristas ou pelas ETTs.

Parágrafo único. As ETTs deverão emitir recibo ao usuário, quando solicitado, contendo, no mínimo, especificações do preço total pago e identificação da empresa e do condutor.

SEÇÃO IV

DAS EMPRESAS DE TECNOLOGIA E TRANSPORTES – ETTs

Art. 8.º As ETTs deverão ter domicílio fiscal na circunscrição do Município de Jales.

Art. 9.º As ETTs só poderão cadastrar veículos que atendam aos seguintes requisitos:

I – Com capacidade de até 07 (sete) passageiros, excluído o condutor, obedecida a capacidade do veículo;

II – Que possua, no máximo, 10 (dez) anos de fabricação;

III – Que seja identificado visualmente com o nome do aplicativo de transporte a que estiver vinculado, em adesivo a ser definido pelo Órgão Executivo Municipal de Mobilidade Urbana, através de portaria, com fornecimento e instalação a cargo das ETTs, sendo vedado outro tipo de identificação interna ou externa;

IV – Que seja emplacado no Município de Jales, exceto no caso de locadoras, podendo o veículo estar registrado junto ao órgão responsável em nome de terceiros, neste caso mediante a apresentação de contrato particular, respeitado o artigo 104 do Código Civil, ou instrumento público respeitado o disposto no artigo 215 do Código Civil, comprovando a posse regular, mansa e pacífica, prevalecendo e não prejudicando todas as obrigações de origem das ETTs, especialmente no tocante às apólices de seguros, objeto da contratação;

V – Em casos de veículos locados, deverão apresentar contrato em nome do motorista, sendo que o objeto deste contrato somente será utilizado pelo locatário;

VI – Em casos de veículos com contrato de arrendamento mercantil, poderão apresentar o contrato em nome do motorista, pais, filhos, cônjuges, irmãos, sogros e sogras.

Art. 10. São deveres das ETTs o armazenamento e a disponibilização, às autoridades de trânsito e fazendárias, quando requisitadas, dos dados das corridas realizadas, dos motoristas e dos veículos:

I – Deverão armazenar os seguintes dados dos motoristas que irão operar o serviço:

a – Carteira Nacional de Habilitação categoria "B" ou superior, com a informação "Exerce Atividade Remunerada";

b – Atestado de antecedentes criminais expedido pela Delegacia da Polícia Civil, renovado anualmente;

c – Alvará de funcionamento e localização válidos no Município de Jales;

d – Documento de inscrição como contribuinte individual no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), nos termos da alínea “h” do inciso V do artigo 11 da Lei nº 8.213/1991;

e – Comprovante da contratação de Seguro de Acidentes Pessoais a Passageiros (APP), por parte das ETTs e/ou dos condutores e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT);

II – Deverão armazenar os seguintes dados dos veículos que serão usados para operar o serviço:

a – Cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV), devidamente licenciado;

b – Cópia do Laudo de Vistoria para o início do serviço, realizada por empresa credenciada junto ao Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/SP, para constatar a existência dos equipamentos obrigatórios, estabelecidos no Código de Trânsito Brasileiro – CTB, e em normas do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN e das características originais do veículo, sem ônus para a Administração Pública.

§ 1.º As exigências de que tratam os incisos I e II deste artigo não impedem as ETTs de estipular outros requisitos para o cadastramento de motoristas e veículos.

§ 2.º As ETTs deverão comunicar ao Órgão Municipal de Mobilidade Urbana qualquer mudança de dados cadastrais dos motoristas e dos veículos.

§ 3.º As ETTs disponibilizarão ao Município, sem ônus e mediante solicitação, acesso a equipamentos, programas, sistemas, serviços ou qualquer outro mecanismo físico ou informatizado que viabilize, facilite, agilize e dê segurança à fiscalização de suas operações.

§ 4.º É vedada a divulgação dos dados pessoais dos motoristas por parte das autoridades de trânsito e fazendárias que os receberem para o cumprimento de suas finalidades.

Art. 11. As ETTs somente poderão disponibilizar aos motoristas o direito de acesso ao aplicativo de transporte depois de cumpridos os requisitos constantes nos artigos 9º e 10 desta Lei.

CAPÍTULO III

DAS PENALIDADES

Art. 12. A inobservância dos deveres previstos nos artigos 5º, 8º, 9º, 10 e 11, caracterizará infração autônoma, sujeitando-se à aplicação da penalidade de multa no valor de 10 (dez) Unidades Fiscais do Município – UFMs, com a fiscalização a cargo dos órgãos executivos municipais de Fazenda e Planejamento e de Mobilidade Urbana, com a lavratura do competente auto de infração.

Art. 13. Os motoristas cadastrados nos aplicativos deverão se submeter à fiscalização dos órgãos públicos, bem como tratar com urbanidade e polidez os usuários, as autoridades e seus agentes, bem como o público em geral.

Parágrafo único. A infração a esse artigo sujeitará o infrator a multa no valor de 02 (duas) Unidades Fiscais do Município – UFMs.

Art. 14. Fica proibido o estacionamento dos veículos cadastrados através das ETTs em pontos regulamentados de transporte de passageiros pelo Poder Público Municipal, sendo que o embarque e o desembarque de passageiros somente serão realizados em vagas normais de estacionamento.

Parágrafo único. A infração a esse artigo sujeitará o infrator a multa de 02 (duas) Unidades Fiscais do Município – UFMs, além da prevista no Código de Trânsito Brasileiro, se for o caso.

Art. 15. É garantido o direito de recurso administrativo ao Prefeito do Município, no caso de aplicação da penalidade de multa pelas autoridades fazendárias e de mobilidade urbana, assegurado o devido processo e o amplo direito de defesa.

Parágrafo único. O recurso deverá ser apresentado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência por parte do infrator, por remessa postal ou por qualquer outro meio.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. A exploração dos serviços remunerados de transporte privado individual de passageiros sem o cumprimento dos requisitos previstos nesta Lei, em especial aquele realizado sem licença municipal, consubstanciada em Alvará de Funcionamento válido, caracterizará transporte ilegal de passageiros, conforme artigo 231, inciso VIII, do Código de Trânsito Brasileiro, com a fiscalização a cargo dos agentes de trânsito, nos termos do artigo 11-B, parágrafo único, da Lei nº 12.587/2012 e suas alterações.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua publicação.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 17 de maio de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº. 9.749, de 05 de maio de 2.023.

Abre Crédito Adicional Suplementar.

LUÍS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de suas atribuições legais, etc.,

DECRETO:

Art. 1º. Fica aberto na contabilidade do IMPS - Instituto Municipal de Previdência Social de Jales, um crédito adicional suplementar na importância de R\$ 70.000,00 (Setenta Mil Reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

03 – Instituto Municipal de Previdência Social de Jales

03.01 – Instituto Municipal de Previdência Social de Jales

03.01.01 – Instituto Municipal de Previdência Social de Jales

09.272.0097.2101.0000 – MANUTENÇÃO GERAL DO IMPS

3.3.90.34.00 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos Terc. (11) R\$ 70,000,00

Art. 2º. A suplementação que se refere o artigo anterior será coberta com a redução parcial da seguinte dotação do orçamento vigente:

03 – Instituto Municipal de Previdência Social de Jales

03.01 – Instituto Municipal de Previdência Social de Jales

03.01.01 – Instituto Municipal de Previdência Social de Jales

99.997.9997.9997.0000 – Reserva de Contingência

9.9.99.99.00 – Reserva de Contingência

(23) R\$ 70.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LUÍS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.734, de 20 de abril de 2023.

Que regulamenta o Fundo Municipal do Idoso criado pela Lei Municipal nº 3.486. de 11 de novembro de 2.008 e dá outras providências.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, SP, no uso de minhas atribuições legais etc.;

Considerando os termos da Lei Municipal nº 5.494, de 15 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI;

Considerando Ofício nº 008/2023 – CMDPI, de 31 de março de 2023, protocolado sob o nº 6892/2023, de 06/04/2023, solicitando a alteração do Decreto nº 6.727/2016 que regulamenta o Fundo Municipal do Idoso.

DECRETO:

Art. 1º - Este Decreto regulamenta a administração do Fundo Municipal do Idoso, criado pela Lei Municipal número 3846, de 11 de Novembro de 2008.

Art. 2º - Cabe ao Conselho Municipal do Idoso deliberar sob a aplicação do Fundo Municipal do Idoso, em consonância com as Políticas e Programas delineados na Lei Municipal nº 3486/2008, na Lei Federal 10.741/03 e em consonância com as políticas e programas delineados na Lei Federal nº 13019/14.

§ 1: O Fundo Municipal do Idoso, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, tem por finalidade proporcionar os meios financeiros para a implantação, manutenção e desenvolvimento de programas e ações dirigidas a pessoa idosa.

§ 2: Os recursos do Fundo Municipal do Idoso não se destinam à implementação de políticas públicas de ação continuada, em especial no campo da assistência social, na forma definida pela Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, com as alterações introduzidas pela Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, que contam com recursos próprios e do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Art. 3º - As receitas do Fundo Municipal do Idoso serão depositadas em instituições financeiras oficiais na forma prevista no §3 do artigo 164 da Constituição Federal e movimentadas, em conjunto, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e Gestor do Fundo Municipal do Idoso, conforme a Portaria número 736/2020.

Paragrafo Único: Constituem receitas do Fundo Municipal do Idoso:

I - recursos provenientes dos Fundos Nacional e Estadual do Idoso;

II - doações, legados e contribuições em dinheiro, valores e bens móveis e imóveis de pessoas físicas ou jurídicas, ou de organismos públicos ou privados, nacionais ou internacionais, que venham a ser-lhe destinados;

III - valores das multas aplicadas no âmbito do Município de Jales -SP, em ações judiciais, por ofensa aos direitos assegurados a pessoa idosa, fundadas em interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos, protegidos pelo Estatuto da Pessoa Idosa, inclusive as repassadas pela União e pelo Estado ao Município em razão do disposto no artigo 84 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003;

IV - contribuições de governos e organismos nacionais, estrangeiros e internacionais;

V - doações de contribuintes do Imposto sobre a Renda de Pessoas Físicas e Jurídicas, conforme previsto nos artigos 2º e 3º da Lei Federal nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, com a alteração introduzida pelo artigo 88 da Lei Federal nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, ou outros incentivos fiscais;

VI - doações de recursos oriundos de benefício ou renúncia fiscal no âmbito municipal e estadual, que venham a ser-lhe destinadas;

VII - rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;VII- outros recursos que lhe forem destinados.

Parágrafo único. Não serão permitidas doações condicionadas ao Fundo Municipal do Idoso.

Art. 4º - Os recursos que compõem o Fundo Municipal do Idoso serão depositados em conta específica mantida em instituição financeira designada pela Secretaria Municipal da Fazenda, especialmente aberta para essa finalidade, com unidade orçamentaria e rubrica própria no orçamento Municipal.

Art. 5º - A contabilidade e a movimentação dos recursos financeiros do Fundo Municipal do Idoso serão elaboradas e processadas pela Secretaria Municipal da Fazenda de forma a permitir o exercício das funções de controle prévio, concomitante e subsequente.

§ único – A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária, observados os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente.

Art. 6º - Compete à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

I - divulgar mensalmente, em seu sítio eletrônico da Prefeitura Municipal, os balancetes publicados no Diário Oficial da Cidade, relativos ao Fundo Municipal do Idoso.

II - informar ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, os valores repassados ao Fundo pela União e pelo Estado de São Paulo, em conformidade com a Lei Federal nº 12.213, de 2010;

III- Após aprovação do Conselho Municipal da Pessoa idosa, celebrar parcerias que onerem recursos do Fundo, supervisionar e acompanhar a sua execução, bem como autorizar o seu pagamento;

IV - apreciar e decidir sobre as prestações de contas apresentadas no âmbito das parcerias;

Art. 7º - Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa:

I - estabelecer, anualmente, as diretrizes, prioridades e programas para a alocação de recursos do FMI, em conformidade com as diretrizes e princípios estabelecidos pela Lei Federal nº 10.741, de 2003;

II - acompanhar as ações desenvolvidas com verbas provenientes do FMI, objetivando criar condições para a proteção e promoção da autonomia, da integração e da participação efetiva da pessoa idosa na sociedade;

III - propor alterações e inovações nas políticas públicas municipais ou a adoção de políticas novas, com base nos resultados dos programas, projetos ou ações financiadas com recursos do Fundo Municipal do Idoso.

IV- acompanhar a celebração e execução das Parcerias firmadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social que onerem recursos do Fundo.

Art. 8º - O financiamento de programas, projetos ou ações de entes públicos ou organizações da sociedade civil pelo Fundo Municipal do Idoso será realizado por meio de parcerias celebradas com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

§ 1º O financiamento de programas, projetos ou ações para a pessoa idosa dependerá de captação externa ou de transferência fundo a fundo.

§ 2º No caso de doação condicionada à utilização em projeto específico, proposto por órgão governamental ou pela sociedade civil, permanecerão, no FMI, 10% (dez por cento) do valor doado para subsidiar outras propostas.

Art. 9º - Os critérios para a aprovação de programas, projetos ou ações a serem financiados com recursos do Fundo Municipal do Idoso serão definidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, considerando-se, no mínimo:

I - a experiência do proponente na área;

II - a viabilidade do programa, projeto ou ação quanto a seu objeto e cronograma;

III - o custo do programa, projeto ou ação, tendo em vista o resultado a ser atingido;

IV - o enfoque do programa, projeto ou ação em grupos de idosos de maior vulnerabilidade;

V - o enfoque do programa, projeto ou ação em regiões com maior carência de políticas públicas que atendam ao idoso.

§ 1º Deverão ser priorizados programas, projetos ou ações de caráter multidisciplinar.
§ 2º Os critérios para a aprovação de programas, projetos ou ações devem ser submetidos ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, o qual poderá rejeitá- los ou alterá-los por deliberação da maioria absoluta de seus membros.
Art. 10 - A celebração de parcerias para financiamento de programas, projetos ou ações com recursos do Fundo Municipal do Idoso será disciplinada em ato da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.
Art.11- Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário, em especial o Decreto 6.727/2016, de 01/01/2016.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 20 de abril de 2023.
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município
Registrado e Publicado:
REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES
Estado de São Paulo

Decreto nº 9.735, de 24 de abril de 2023.
Denomina prédio público.
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.,
Considerando que Adriana Mistilides Silva, 56 anos, professora aposentada, foi Coordenadora Pedagógica, sempre muito elegante, chamava atenção por onde passava, esbanjava simpatia, faleceu em 09 de agosto de 2021.
DECRETO:
Art. 1.º A EMEI localizada na Avenida Tupã, nº. 3260, Jardim Arapuã, passa a denominar-se PROFª ADRIANA MISTILIDES SILVA.
Art. 2.º As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.
Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 24 de abril de 2023.
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município
Registrado e Publicado:
REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração
O Decreto nº 9.735, de 27/04/2023, publicado em 17/05/2023 – Edição 1331, no Diário Oficial do Município de Jales, por motivo de erro de digitação em número do prédio.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES
Estado de São Paulo

Decreto nº 9.737, de 25 de abril de 2023.
Constitui o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Jales.
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc.:
Considerando a Lei Municipal nº 5.447/2022 de 10 de agosto de 2022 que reestruturou o COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Jales.
Considerando o Ofício 471/2023, de 19 de abril de 2023, da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente, solicitando a nomeação de membros para a composição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Jales - COMSEA.
DECRETO:
Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Jales - COMSEA:
I- Dois representantes da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente.
Titular: OLÍVIA NATALINA MANTELATO.
Suplente: SILVIA ANDREU AVELHANEDA PIGARI.
II-Dois representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.
Titular: NILCEMARA VERONEIS ROSSINI.
Suplente: MARIA JOANA SEGNA.
III-Dois representantes da Secretaria Municipal de Educação.
Titular: ELLIS ANGELA GUEDES DE MOURA.
Suplente: CAROLINA KAWANO PAVAN.
IV-Dois representantes da Secretaria Municipal de Saúde.
Titular: IDAIR LOPES NETO.
Suplente: ELEN CRISTINA GARCIA MININEL.
V-Dois representantes do CATI Regional de Jales.
Titular: RUTE BERNARDO PINTO.
Suplente: GILBERTO JOSÉ BATISTA PELINSON.
VI- Dois representantes do SACRA - Sociedade Assistencial e Cultural da Região da Alta Araraquarense.
Titular: VITOR INÁCIO FERNANDES DA SILVA.
Suplente: CARLA SOARES MADEIRA.
VII-Dois representantes da Cáritas Diocesana de Jales.
Titular: TADEU CALVOSO PAULON.
Suplente: MARIA APARECIDA MOREIRA MARTINS.
VIII-Dois representantes da Santa Casa de Misericórdia de Jales.
Titular: MARISA PORTELINHA TONIN.
Suplente: ODETE SUELI MARTHA DA SILVA.
IX- Dois representantes da Associação dos Feirantes de Jales e Região.
Titular: VALDEMIR TAKAKI MOMOI.
Suplente: ELIANI APARECIDA WICK DA SILVA.
X-Dois representantes do Lar dos Velhinhos São Vicente de Paulo.
Titular: SILVIA MARA DOS SANTOS BESTETI ROTONDO.
Suplente: DAFINY PEREIRA MASTELARI BORTOLOTTI.
XI- Dois representantes do Grupo Espírita Beneficente Maria Dolores.
Titular: OSCAR ANTONIO DA COSTA JUNIOR.
Suplente: CLAUDIR BALESTREIRO.
XII-Dois representantes da Associação dos Engenheiros da Região de Jales - AERJ.
Titular: JAMIL ATIHE JUNIOR.
Suplente: NELI ANTONIA MENEGHINI NOGUEIRA.
XIII-Dois representantes do Sindicato Rural de Jales.
Titular: JOSÉ CANDEO.
Suplente: SÉRGIO YOSHIMI NISHIMOTO.
XIV-Dois representantes do Rotary Club de Jales Grandes Lagos.
Titular: JUSCELINO BENEDITO MARQUES.
Suplente: OTÁVIO SANTANA.
XV- Dois representantes do Lions Clube de Jales.
Titular: JORGE PÉGOLO.
Suplente: CREUSA MARIA LONGO PÉGOLO.
Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 25 de abril de 2023.
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município
Registrado e Publicado:
REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração
O Decreto nº 9.737, de 25/04/2023, publicado em 25/04/2023 – Edição 1317, no Diário Oficial do Município de Jales, por motivo de correção em sobrenome.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES
Estado de São Paulo

Decreto nº 9.739, de 26 de abril de 2023.
Nomeia a Comissão de Políticas para Grupos Específicos de Acumuladores e Recicladores
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc.:
Considerando o Ofício nº 106/2023, de 14 de março de 2023, da Secretaria Municipal de Saúde, solicitando a nomeação de membros para comporem a Comissão de Políticas para Grupos Específicos de Acumuladores e Recicladores.
DECRETO:
Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para integrarem a Comissão de Políticas para Grupos Específicos de Acumuladores e Recicladores:
I- Um representante da Secretaria Municipal de Saúde.
Titular: ROSELI DONDA DA SILVA.
II- Um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.
Titular: NILCEMARA VERONEIS ROSSINI.
III- Um representante da Secretaria Municipal de Governo.
Titular: SILVIA PERPETUA CARMELIN.
IV- Um representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente.
Titular: ÁLVARO GONÇALVES DE SOUZA JÚNIOR.
V- Um representante da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.
Titular: ADRIANO EDSON LOURENÇO.
VI- Um representante da Secretaria Municipal de Educação.
Titular: AMÁLIA RAMOS DE FREITAS BUENO.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 26 de abril de 2023.
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município
Registrado e Publicado:
REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES
Estado de São Paulo

Decreto nº 9.745, de 28 de abril de 2023.
Nomeia membro para compor o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Jales – CONDEJ, em substituição.
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.;
Considerando o que dispõe a Lei nº. 3.162, de 8 de novembro de 2006, que constitui o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Jales – CONDEJ, alterada pela Lei nº. 5.129, de 29 de março de 2021.
Considerando ofício nº 0075/2023, de 26 abril de 2023, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo, solicitando a substituição de membro no Conselho de Desenvolvimento Econômico de Jales - CONDEJ.
DECRETO:
Art. 1.º Fica nomeado o senhor abaixo relacionado para integrar o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Jales - CONDEJ, em substituição:
VIII – JAMIL ATIHE JUNIOR – Representante da Associação dos Engenheiros da Região de Jales - AERJ;
Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 28 de abril de 2023.
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município
Registrado e Publicado:
REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES
Estado de São Paulo

Decreto nº. 9.746, de 03 de maio de 2023.
Que autoriza receber veículo através do convênio PROCON SP X Senacon.
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.,
Considerando que o Município de Jales recebeu através do convênio PROCON SP X Senacon, que deverá ser utilizado, exclusivamente e obrigatoriamente, nas atividades do PROCON municipal, um veículo Kwid Zen 21.0+PB, Renavam: 100328, Fabricação 2022, modelo 2023, Chassi: 93YRBB005PJ484278, Combustível Álcool/Gás, Cor Externa Branco, Cor interior: Cinza, locação 5 lugares, nº do Motor: B4DA422Q055865, 1.0.
DECRETO:
Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a receber um veículo Kwid Zen 21.0+PB, Renavam:100328, Fabricação 2022, modelo 2023, Chassi: 93YRBB005PJ484278, Combustível Álcool/Gás, Cor Externa Branco, Cor interior: Cinza, locação 5 lugares, nº do Motor: B4DA422Q055865, 1.0.
Parágrafo Único. O referido item ficará junto ao PROCON SP, e será patrimoniado passando, assim, aos bens do município, e não poderá ser vendido, doado ou permutado.
Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 03 de maio de 2023.
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município
Registrado e Publicado:
REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES
Estado de São Paulo

Decreto nº 9.755, de 08 de maio de 2023.
Permite o uso de bem imóvel público pela empresa Matheus e Leandro Materiais para Construção LTDA.
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc:
Considerando que o § 3º do artigo 99 da Lei Orgânica do Município de Jales autoriza a permissão de uso de bens públicos municipal, a título precário e por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.
Considerando a ata da 1ª (Primeira) Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Jales ano de 2023- CONDEJ, realizada aos vinte e três dias do mês de janeiro de 2023, no Centro Cultural Doutor Edílio Ridoifo, deliberou para que seja feita a cessão de uso de área

desafetada do Município, localizada no Bairro Jardim Safani, com área de 2.030,20 m², sob a matrícula 41.287.

DECRETO:

Art. 1º Fica permitido à empresa MATHEUS E LEANDRO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.796.316/0001-34, o uso de 2.030,20 m² de área localizada no Bairro Jardim Zafani, matrícula 41.287, município de Jales, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A permissão de uso de que trata este artigo será a título precário, gratuito e com encargos, pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por iguais períodos, desde que haja interesse do permissionário e o imóvel não seja necessário à utilização de outras finalidades de interesse público do permitente.

Art. 2º Fica o permissionário autorizado a fazer uso de instalações e estruturas móveis para o desenvolvimento de suas atividades licenciadas nos órgãos competentes.

§ 1º Todas as despesas que forem realizadas para dar cumprimento ao disposto no caput deste artigo ficarão por conta e sob a inteira responsabilidade do permissionário.

§ 2º Somente será permitido o início das atividades do permissionário, após a realização das vistorias necessárias no imóvel que atestem que o mesmo esteja em condições do uso a que se destina, com a consequente expedição dos Alvarás da Vigilância Sanitária, do Corpo de Bombeiros e do Poder Executivo Municipal.

§ 3º Fica o permissionário emitido na posse precária do imóvel de que trata o artigo 1º, para fins de dar cumprimento ao disposto no caput deste artigo.

§ 4º As benfeitorias realizadas no imóvel pelo permissionário, sejam de que natureza for, fica a ele incorporadas para todos efeitos legais, sem qualquer direito de retenção ou indenização.

§ 5º Fica disponível ao Poder Executivo Municipal o uso do espaço, desde que, solicitado com prazo de 30 (trinta) dias de antecedência e haja disponibilidade do imóvel.

Art. 3º A permissão de uso autorizada por este Decreto poderá ser revogada antes do prazo previsto para a sua duração, caso haja interesse público na utilização do imóvel, devidamente justificado.

Art. 4º O permissionário fica obrigado a conservar o imóvel durante o período de vigência da permissão autorizada por este Decreto ou de sua eventual prorrogação, para assim restituí-lo quando finda ou revogada a permissão.

Parágrafo único. As despesas que decorrerem referentes aos serviços de abastecimento de água, distribuição de energia, telefone, vigi-lância, segurança e demais necessários à manutenção e conservação do imóvel ficarão sob a inteira responsabilidade do permissionário.

Art. 5º Fica vedada ao permissionário a transferência desta permissão de uso a terceiro.

Art. 6º Fica a Procuradoria Geral do Município autorizada a elaborar Termo de Permissão de Uso do imóvel descrito e caracterizado no artigo 1º, observadas as disposições deste Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Valentim Paulo Viola", 08 de maio de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº. 9.756, de 08 de maio de 2023.

Que autoriza receber em doação itens do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo/Juízo da 152ª Zona Eleitoral.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

Considerando o Termo de Doação, de 28 de abril de 2023, do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo/Juízo da 152ª Zona Eleitoral em Jales, encaminhando o Termo de Doação de Bens Móveis seguinte relação dos itens abaixo.

DECRETO:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a receber em doação, sem encargos, do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo/Juízo da 152ª Zona Eleitoral, na Rua Seis, nº 2856 – Centro, cidade de Jales-SP, os seguintes itens:

01 (um) Estabilizador de Voltagem – Marca: Enermax – Modelo EXXA Power 300 VA – Série (21)0201120611169128233 – Patrimônio nº 00179574;

01 (um) No Break – Marca: SMS – Modelo Nob. Manager Usm Net 4+ Expert – Série 272880049496 – Patrimônio nº 00423101;

01 (um) No Break – Marca: KVA – Modelo KSB 600 BS – Patrimônio nº 01006234;

01 (um) Microcomputador Core Duo E8400 – Marca: Lenovo – Modelo THINKCENTRE M57P – Série L1AG7RA – Patrimônio nº 00076879;

01 (um) Microcomputador Core Duo E8400 – Marca: Lenovo – Modelo THINKCENTRE M58P – Série L1BKCL5 – Patrimônio nº 00082504;

01 (um) Microcomputador Core i5 – 3470 – Marca: Daten – Modelo DT02-BV1 – Série 01009447060054 – Patrimônio nº 00198798.

01 (um) Microcomputador Core i5 – 3470 – Marca: Daten – Modelo DT02-BV1 – Série 01009447060141 – Patrimônio nº 00198839.

01 (um) Microcomputador Core i5 – 4590 – Marca: HP – Modelo EliteDesk 800 – Série BRJ504JYHF – Patrimônio nº 00406449.

01 (um) Microcomputador Core i7 – 4785 – Marca: HP – Modelo EliteDesk 800 G1 Mini – Série BRJ60103V9 – Patrimônio nº 00415838.

01 (um) Teclado para Microcomputador – Marca: Positivo – Modelo K2801 – Série M1101293828 – Patrimônio nº 00092839.

01 (um) Teclado para Microcomputador – Marca: Daten – Modelo KU 2971 – Série 1411500155E – Patrimônio nº 00199626.

01 (um) Teclado para Microcomputador – Marca: Lenovo – Modelo KU 0225 – Série 4779565 – Patrimônio nº 00196473.

01 (um) Teclado para Microcomputador – Marca: Lenovo – Modelo KU 0225 – Série 0206334 – Patrimônio nº 00077280.

01 (um) Monitor de Video LCD – Marca: HP – Modelo L190HB – Série BRG10705RV – Patrimônio nº 00090801.

Parágrafo Único. Os referidos itens ficarão junto a Prefeitura do Município de Jales, e serão patrimoniados passando, assim, aos bens do município, e não poderão ser vendidos.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Valentim Paulo Viola", 08 de maio de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.759, de 09 de maio de 2023.

Permite o uso de bem imóvel público pela empresa Irmãos Br Marmores e Granitos Ltda.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc:

Considerando que o § 3º do artigo 99 da Lei Orgânica do Município de Jales autoriza a permissão de uso de bens públicos municipal, a título precário e por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Considerando a ata da 1ª (Primeira) Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Jales ano de 2023- CONDEJ, realizada aos vinte e três dias do mês de janeiro de 2023, no Centro Cultural Doutor Edílio Ridolfo, deliberou para que seja feita a cessão de uso de área desafetada do Município, localizada no Bairro Jardim Romero, com área de 1.107,03 m², sob a matrícula 37.618.

DECRETO:

Art. 1º Fica permitido à empresa IRMÃOS BR MARMORES E GRANITOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.092.799/0001-01, o uso de 1.107,03 m² de área localizada no Bairro Jardim Romero, matrícula 37.618, município de Jales, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A permissão de uso de que trata este artigo será a título precário, gratuito e com encargos, pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por iguais períodos, desde que haja interesse do permissionário e o imóvel não seja necessário à utilização de outras finalidades de interesse público do permitente.

Art. 2º Fica o permissionário autorizado a fazer uso de instalações e estruturas móveis para o desenvolvimento de suas atividades licenciadas nos órgãos competentes.

§ 1º Todas as despesas que forem realizadas para dar cumprimento ao disposto no caput deste artigo ficarão por conta e sob a inteira responsabilidade do permissionário.

§ 2º Somente será permitido o início das atividades do permissionário, após a realização das vistorias necessárias no imóvel que atestem que o mesmo esteja em condições do uso a que se destina, com a consequente expedição dos Alvarás da Vigilância Sanitária, do Corpo de

Bombeiros e do Poder Executivo Municipal.

§ 3º Fica o permissionário emitido na posse precária do imóvel de que trata o artigo 1º, para fins de dar cumprimento ao disposto no caput deste artigo.

§ 4º As benfeitorias realizadas no imóvel pelo permissionário, sejam de que natureza for, fica a ele incorporadas para todos efeitos legais, sem qualquer direito de retenção ou indenização.

§ 5º Fica disponível ao Poder Executivo Municipal o uso do espaço, desde que, solicitado com prazo de 30 (trinta) dias de antecedência e haja disponibilidade do imóvel.

Art. 3º A permissão de uso autorizada por este Decreto poderá ser revogada antes do prazo previsto para a sua duração, caso haja interesse público na utilização do imóvel, devidamente justificado.

Art. 4º O permissionário fica obrigado a conservar o imóvel durante o período de vigência da permissão autorizada por este Decreto ou de sua eventual prorrogação, para assim restituí-lo quando finda ou revogada a permissão.

Parágrafo único. As despesas que decorrerem referentes aos serviços de abastecimento de água, distribuição de energia, telefone, vigi-lância, segurança e demais necessários à manutenção e conservação do imóvel ficarão sob a inteira responsabilidade do permissionário.

Art. 5º Fica vedada ao permissionário a transferência desta permissão de uso a terceiro.

Art. 6º Fica a Procuradoria Geral do Município autorizada a elaborar Termo de Permissão de Uso do imóvel descrito e caracterizado no artigo 1º, observadas as disposições deste Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Valentim Paulo Viola", 09 de maio de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.760, de 09 de maio de 2023.

Permite o uso de bem imóvel público pela empresa Servprag.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc:

Considerando que o § 3º do artigo 99 da Lei Orgânica do Município de Jales autoriza a permissão de uso de bens públicos municipal, a título precário e por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Considerando a ata da 1ª (Primeira) Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Jales ano de 2023- CONDEJ, realizada aos vinte e três dias do mês de janeiro de 2023, no Centro Cultural Doutor Edílio Ridolfo, deliberou para que seja feita a cessão de uso de área desafetada do Município, localizada no Bairro Jardim Romero, com área de 4.053,50 m², sob a matrícula 37.617.

DECRETO:

Art. 1º Fica permitido à empresa SERVPRAG, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.978.254/0001-96, o uso de 4.053,50 m² de área localizada no Bairro Jardim Romero, matrícula 37.617, município de Jales, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A permissão de uso de que trata este artigo será a título precário, gratuito e com encargos, pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por iguais períodos, desde que haja interesse do permissionário e o imóvel não seja necessário à utilização de outras finalidades de interesse público do permitente.

Art. 2º Fica o permissionário autorizado a fazer uso de instalações e estruturas móveis para o desenvolvimento de suas atividades licenciadas nos órgãos competentes.

§ 1º Todas as despesas que forem realizadas para dar cumprimento ao disposto no caput deste artigo ficarão por conta e sob a inteira responsabilidade do permissionário.

§ 2º Somente será permitido o início das atividades do permissionário, após a realização das vistorias necessárias no imóvel que atestem que o mesmo esteja em condições do uso a que se destina, com a consequente expedição dos Alvarás da Vigilância Sanitária, do Corpo de Bombeiros e do Poder Executivo Municipal.

§ 3º Fica o permissionário emitido na posse precária do imóvel de que trata o artigo 1º, para fins de dar cumprimento ao disposto no caput deste artigo.

§ 4º As benfeitorias realizadas no imóvel pelo permissionário, sejam de que natureza for, fica a ele incorporadas para todos efeitos legais, sem qualquer direito de retenção ou indenização.

§ 5º Fica disponível ao Poder Executivo Municipal o uso do espaço, desde que, solicitado com prazo de 30 (trinta) dias de antecedência e haja disponibilidade do imóvel.

Art. 3º A permissão de uso autorizada por este Decreto poderá ser revogada antes do prazo previsto para a sua duração, caso haja interesse público na utilização do imóvel, devidamente justificado.

Art. 4º O permissionário fica obrigado a conservar o imóvel durante o período de vigência da permissão autorizada por este Decreto ou de sua eventual prorrogação, para assim restituí-lo quando finda ou revogada a permissão.

Parágrafo único. As despesas que decorrerem referentes aos serviços de abastecimento de água, distribuição de energia, telefone, vigilância, segurança e demais necessários à manutenção e conservação do imóvel ficarão sob a inteira responsabilidade do permissionário.

Art. 5º Fica vedada ao permissionário a transferência desta permissão de uso a terceiro.

Art. 6º Fica a Procuradoria Geral do Município autorizada a elaborar Termo de Permissão de Uso do imóvel descrito e caracterizado no artigo 1º, observadas as disposições deste Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Valentim Paulo Viola", 09 de maio de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.762, de 10 de maio de 2023.

Nomeia membro para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, em substituição.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

Considerando a Lei Municipal nº. 2.949, de 22 de agosto de 2005, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências, com alterações dadas pela Lei Municipal nº. 3.698, de 07 de janeiro de 2010;

Considerando Ofício 014/2023- CMDCA, de 28/04/2023, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, protocolado sob o nº 8453/2023, de 03/05/2023, solicitando a substituição da servidora Márcia Aparecida da Silva Fortes pela Senhora Pérola Maria Fonseca Cardoso, representante da Secretaria de Desenvolvimento Social, como membro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

DECRETO:

Art. 1.º Fica nomeada a senhora abaixo relacionada em substituição, para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

III – Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

Titular: PÉROLA MARIA FONSECA CARDOSO

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Valentim Paulo Viola", 10 de maio de 2023.


LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.764, de 10 de maio de 2023.

Denomina Arena Esportiva.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

Considerando que José Moreira, nascido em 20 de abril de 1941, chegou a Jales em 1960, vindo do Guarujá para jogar basquetebol, constituiu família, foi professor da rede pública estadual e servidor público municipal chegando a ocupar o cargo de Diretor do Departamento de Tributação. José Moreira se mostrou atuante em várias áreas da sociedade jalesense e contribuiu na formação do caráter e valores daqueles que com ele atuaram.

DECRETO:

Art. 1.º Fica denominado de “JOSÉ MOREIRA”, a Arena Esportiva, localizada na Rua Julia Pereira de Lima, esquina com a Rua Geraldo Paulino, S/N, no Jardim do Bosque.

Art. 2.º As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 10 de maio de 2023.


LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9769, de 11 de maio de 2023.

Dispõe sobre o período de duração do procedimento dispensa de licitação de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e altera o Decreto Municipal nº 9.646, de 23 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc.:

CONSIDERANDO a necessidade de implementar ações voltadas à efetivação de contratações públicas com base na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO a possibilidade de contratações diretas presenciais, especialmente enquanto estiver em processo de implantação as eletrônicas;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar o procedimento de dispensa eletrônica à realidade local;

DECRETO:

Art. 1º A partir da data e horário estabelecidos pela Administração Municipal, o procedimento de dispensa eletrônica previsto no § 3º, do Art. 75 da Lei de Licitações, será automaticamente aberto pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos por período nunca inferior a 2 (duas) horas ou de no máximo de 4 (horas) horas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

Art. 2º Fica revogado o caput do Art. 8º, do Decreto Municipal nº 9.646, de 23 de fevereiro de 2023.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de publicação.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 11 de maio de 2023.


LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.779, de 22 de maio de 2023.

Declara Luto Oficial.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

Considerando o Decreto Legislativo nº 123, de 07 de junho de 1999, que concedeu a Medalha XV de Abril, instituída pela Resolução nº 03/95, de 25 de abril de 1995, ao Senhor DEONEL ROSA JUNIOR, Diretor Proprietário do Jornal de Jales, pelo notável sucesso profissional à frente do referido jornal.

Considerando que em Sessão Solene, de 16 de abril de 2003, recebeu o Título de Cidadão Jalesense e ao longo da sua vida diversas Moções de Aplausos, sempre cercado de pleno sucesso e dedicação.

Considerando o falecimento do Senhor DEONEL ROSA JUNIOR, 72 anos, ocorrido em 22 de maio de 2023;

DECRETO:

Art. 1.º Fica decretado Luto Oficial no Município de Jales, por três dias, pelo falecimento do Senhor DEONEL ROSA JUNIOR, ocorrido em 22 de maio de 2023.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 22 de maio de 2023.


LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.742, de 26 de abril de 2023.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.543, de 26 de abril de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

DECRETO:

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 504.072,45 (quinhentos e quatro mil, setenta e dois reais e quarenta e cinco centavos).

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Especial estão constantes abaixo:

02	05	01	SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO		
04.123.0004.2120.0000					
Ficha	1095	3.3.30.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fonte	01 434.675,03
02 08 01					
SECRETARIA MUN DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL					
08.244.0007.2046.1320					
Ficha	1092	3.3.50.39.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	Fonte	95 17.264,60
08.244.0007.2046.1330					
Ficha	1093	3.3.50.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	95 6.088,27
08.244.0007.2022.1332					
Ficha	1094	3.3.70.41.00	PSE - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - ALTA CONTRIBUIÇÕES	Fonte	95 46.044,55

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I- **R\$ 69.397,42 (sessenta e nove mil, trezentos e noventa e sete reais e quarenta e dois centavos) resultantes de superávit financeiro** apurado no exercício anterior, nos termos do artigo 43, § 1.º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II- **R\$ 434.675,03 (quatrocentos e trinta e quatro mil, seiscentos e setenta e cinco reais e três centavos) de anulação parcial das seguintes dotações**, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02	05	01	SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO		
04.123.0004.2003.0000					
Ficha	159	3.1.90.11.00	GESTÃO ADMINISTRATIVA VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte	01 -434.675,03

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º deste Decreto.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 26 de abril de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração

Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 26 de abril de 2023.


LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.743, de 26 de abril de 2023.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.544, de 26 de abril de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

DECRETO:

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais).

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Suplementar estão constantes abaixo:

02	03	03	DIVISÃO DE EVENTOS CULTURAIS		
13.392.0013.2120.0000					
Ficha	124	3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA UNIDADE OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01 20.000,00
02 04 01					
SECRETARIA MUN DE ADMINISTRAÇÃO - SMA					
04.122.0004.2120.0000					
Ficha	141	3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA UNIDADE OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01 250.000,00

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I – **R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) de anulação parcial das seguintes dotações**, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO					
02	05	01	GESTÃO ADMINISTRATIVA		
Ficha	186	4.6.90.71.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA	Fonte	01 -270.000,00

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º deste Decreto.

Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 26 de abril de 2023.


LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.744, de 26 de abril de 2023.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.545, de 26 de abril de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

DECRETO:

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 126.049,74 (cento e vinte e seis mil, quarenta e nove reais e setenta e quatro centavos).

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Especial estão constantes abaixo:

02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.122.0010.2004.0000					
Ficha	1089	3.3.90.93.00	MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS	Fonte	92 61.161,04
10.122.0010.2004.0000					
Ficha	1090	4.4.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fonte	92 64.888,70

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I- **R\$ 126.049,74 (cento e vinte e seis mil, quarenta e nove reais e setenta e quatro centavos) resultantes de superávit financeiro** apurado no exercício anterior, nos termos do artigo 43, § 1.º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º deste Decreto.

Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 26 de abril de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES
Estado de São Paulo

Decreto nº 9.765, de 11 de maio de 2023.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.546, de 11 de maio de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

DECRETO:

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Especial estão constantes abaixo:

02	08	04	FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO			
08.241.0007.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE			
Ficha	1097	3.3.50.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	93	40.000,00
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.301.0010.1002.0000			ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE (INVESTIMENTO)			
Ficha	1099	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	92	100.000,00

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I - R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) resultantes de superávit financeiro apurado no exercício anterior, nos termos do artigo 43, § 1.º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º deste Decreto.

Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 11 de maio de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES
Estado de São Paulo

Decreto nº 9.766, de 11 de maio de 2023.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.547, de 11 de maio de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

DECRETO:

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 272.893,15 (duzentos e setenta e dois mil, oitocentos e noventa e três reais e quinze centavos).

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Suplementar estão constantes abaixo:

02	03	02	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO			
23.695.0018.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE			
Ficha	95	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	05	25.000,00
02	07	01	SECRETARIA MUN DE AGRICU PECU ABASTEC MEIO AMBIENTE			
18.541.0015.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS			
Ficha	244	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01	29.062,19
02	08	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.244.0007.1001.1322			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS			
Ficha	347	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	60.000,00
08.244.0007.2021.1322			PSE - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - MÉDIA			
Ficha	403	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01	24.900,00
08.244.0007.2021.1322			PSE - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - MÉDIA			
Ficha	409	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01	50.000,00
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.303.0010.2036.0000			MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)			
Ficha	813	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01	40.000,00
02	12	01	SECRETARIA MUN DE COMUNICAÇÃO SOCIAL			
04.131.0004.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE			
Ficha	890	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01	11.000,00
02			SECRETARIA MUN DE GOVERNO - SMG			
04.122.0004.2103.0000			APOIO A MANUTENÇÃO DE ÓRGÃOS ESTADUAIS E FEDERAIS			
Ficha	897	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	32.930,96

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I – R\$ 272.893,15 (duzentos e setenta e dois mil, oitocentos e noventa e três reais e quinze centavos) de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02	03	03	DIVISÃO DE EVENTOS CULTURAIS			
13.392.0013.2120.0000			PROMOÇÃO DA CULTURA			
Ficha	124	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	-25.000,00
02	05	01	SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO			
04.123.0004.2003.0000			GESTÃO ADMINISTRATIVA			
Ficha	159	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte	01	-29.062,19
02	08	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.244.0007.2021.1322			GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Ficha	407	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	-134.900,00
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.122.0010.2035.0000			GESTÃO DA SAÚDE			
Ficha	736	3.3.90.40.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA	Fonte	01	-40.000,00
02	13	00	SECRETARIA MUN DE GOVERNO - SMG			
04.122.0004.2120.0000			GESTÃO ADMINISTRATIVA			
Ficha	899	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01	-23.930,96
04.122.0004.2120.0000			GESTÃO ADMINISTRATIVA			
Ficha	901	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	-20.000,00

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º deste Decreto.

Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 11 de maio de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES
Estado de São Paulo

Decreto nº 9.767, de 11 de maio de 2023.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.548, de 11 de maio de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

DECRETO:

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 3.090.000,00 (três milhões e noventa mil reais).

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Suplementar estão constantes abaixo:

02	06	01	SECRETARIA MUN DE OBRAS, INFRAEST E DESENV URBANO-SMOIDU			
15.451.0014.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS			
Ficha	205	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	2.005.000,00
15.452.0014.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE			
Ficha	232	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	574.000,00
02	08	03	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE			
08.243.0007.2024.0000			AÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE			
Ficha	435	3.3.50.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	267.000,00
08.243.0007.2024.0000			AÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE			
Ficha	438	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	10.000,00
08.243.0007.2025.0000			FORTALECIMENTO DA REDE DA INFÂNCIA E JUVENTUDE			
Ficha	443	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	Fonte	01	5.000,00
08.243.0007.2025.0000			FORTALECIMENTO DA REDE DA INFÂNCIA E JUVENTUDE			
Ficha	445	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	24.000,00
08.243.0007.2025.0000			FORTALECIMENTO DA REDE DA INFÂNCIA E JUVENTUDE			
Ficha	447	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01	5.000,00
02	09	13	EDUCAÇÃO BÁSICA			
12.361.0011.2044.0000			MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR			
Ficha	586	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01	130.000,00
12.361.0011.2044.0000			MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR			
Ficha	588	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	70.000,00

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I – R\$ 3.090.000,00 (três milhões e noventa mil reais) de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02	05	01	SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO			
04.123.0004.2003.0000			GESTÃO ADMINISTRATIVA			
Ficha	159	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte	01	-2.890.000,00
02	09	13	EDUCAÇÃO BÁSICA			
12.364.0011.2044.0000			GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA			
Ficha	617	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01	-200.000,00

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º deste Decreto.

Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 11 de maio de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES
Estado de São Paulo

Decreto nº 9.768, de 11 de maio de 2023.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.549, de 11 de maio de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

DECRETO:

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 285.791,30 (duzentos e oitenta e cinco mil, setecentos e noventa e um reais e trinta centavos).

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Especial estão constantes abaixo:

02	03	02	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO			
23.695.0018.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS			
Ficha	1059	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01	60.000,00
02	04	02	FUNDO ESPECIAL DOS BOMBEIROS			
04.122.0004.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE			
Ficha	1100	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	92	16.029,30
04.122.0004.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE			
Ficha	1101	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	02	9.722,00
02	05	01	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL			
04.123.0004.2003.0000			OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA OFSS			
Ficha	1102	3.1.91.13.00	SECRETARIA MUN DE OBRAS, INFRAEST E DESENV URBANO-SMOIDU	Fonte	95	184.040,00
02	06	01	EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS			
Ficha	969	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01	8.000,00
15.451.0014.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS			
Ficha	972	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	02	8.000,00

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I- R\$ 16.029,30 (dezesseis mil, vinte e nove reais e trinta centavos) resultantes de superávit financeiro apurado no exercício anterior, nos termos do artigo 43, § 1.º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II- R\$ 9.722,00 (nove mil, setecentos e vinte e dois reais) de excesso de arrecadação, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III- R\$ 260.040,00 (duzentos e sessenta mil e quarenta reais) de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02

05

01

04.123.0004.2003.0000

Ficha1593.1.90.11.00

02

07

01

18.541.0015.2120.0000

Ficha10363.3.90.30.00

02

07

01

18.541.0015.2120.0000

Ficha10373.3.90.39.00

02

07

01

18.541.0015.2120.0000

Ficha10384.4.90.52.00

SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

GESTÃO ADMINISTRATIVA VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

SECRETARIA MUN DE AGRICU PECU ABASTEC MEIO AMBIENTE GESTÃO DO MEIO AMBIENTE / AGRICULTURA

MATERIAL DE CONSUMO GESTÃO DO MEIO AMBIENTE / AGRICULTURA

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

GESTÃO DO MEIO AMBIENTE / AGRICULTURA

EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Fonte

01

-76.000,00

Fonte

91

-79.751,75

Fonte

91

-4.288,25

Fonte

91

-100.000,00

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º deste Decreto.

Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 11 de maio de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.771, de 17 de maio de 2023.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.552, de 17 de maio de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

DECRETO:

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 812.000,00 (oitocentos e doze mil reais).

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Suplementar estão constantes abaixo:

02	08	01	SECRETARIA MUN DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
08.122.0007.2099.0000			ADIANTAMENTOS E RESSARCIMENTOS DE DIÁRIAS, VIAGENS E PEQUENAS DESPESAS DE PRONTO PAGAMENTO
Ficha	296	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO
		Fonte	01
			2.000,00
02	08	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.122.0007.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE
Ficha	337	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
		Fonte	01
			15.000,00
02	09	11	FUNDEB
12.365.0011.2003.1111			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL
Ficha	503	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
		Fonte	02
			700.000,00
12.365.0011.2003.1111			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL
Ficha	504	3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL
		Fonte	02
			70.000,00
02	03	02	FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO
23.695.0018.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE
Ficha	93	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO
		Fonte	01
			25.000,00

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I – R\$ 812.000,00 (oitocentos e doze mil reais) de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02	08	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.122.0007.2120.0000			GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Ficha	332	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO
		Fonte	01
			-17.000,00
02	09	11	FUNDEB
12.361.0011.2002.1131			GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Ficha	486	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
		Fonte	02
			-770.000,00
02	03	02	FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO
23.695.0018.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE
Ficha	95	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO
		Fonte	05
			25.000,00

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º deste Decreto.

Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 17 de maio de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.770, de 17 de maio de 2023.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.551, de 17 de maio de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

DECRETO:

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 2.521.648,00 (dois milhões, quinhentos e vinte e um mil, seiscentos e quarenta e oito mil reais)

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Especial estão constantes abaixo:

02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0010.2003.0000			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL
Ficha	1103	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
		Fonte	05
			2.100.368,00
10.305.0010.2003.0000			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL
Ficha	1104	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
		Fonte	05
			308.080,00
02	11	02	DIVISAO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER
27.812.0021.2037.0000			MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS
Ficha	1105	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
		Fonte	95
			113.200,00

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I- R\$ 113.200,00 (cento e treze mil e duzentos reais) resultantes de superávit financeiro apurado no exercício anterior, nos termos do artigo 43, § 1.º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

II- R\$ 2.408.448,00 (dois milhões, quatrocentos e oito mil, quatrocentos e quarenta e oito reais) de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0010.2003.0000			GESTÃO DA SAÚDE
Ficha	757	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
		Fonte	05
			-2.100.368,00
10.305.0010.2003.0000			GESTÃO DA SAÚDE
Ficha	839	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
		Fonte	05
			-308.080,00

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º deste Decreto.

Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 17 de maio de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.729, de 17 de abril de 2023.

Autoriza abertura Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2023, para os fins que especifica.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, prevista inciso VIII, art. 4º, na Lei nº 5.490, de 09 de dezembro de 2022, faço saber:

Art. 1.º Fica incluído no orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 91.471,12 (noventa e um mil e quatrocentos e setenta e um reais e doze centavos).

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional estão constantes abaixo:

02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0010.2036.0000			GESTÃO DA SAÚDE
Ficha	1013	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO
		Fonte	92
			91.471,12

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I – R\$ 91.471,12 de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do inciso VIII, art. 4º da Lei nº 5.284, de 14 de dezembro de 2021:

02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0010.2036.0000			GESTÃO DA SAÚDE
Ficha	1014	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
		Fonte	92
			-91.471,12

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2022 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º desta Lei.

Art. 5.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 17 de abril de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração

FONE/FAX: (17) 3632-6889 - E-mail: jn.folharegional@gmail.com

CÂMARA M. DE SANTAALBERTINA

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO/2023 A ABRIL/2023

R.R.F. art. 48 – Anexo 6		R\$ 1	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR	
Receita Corrente Líquida		42.250.887,17	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		42.250.887,17	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		42.250.887,17	
DESPESA COM PESSOAL		% SOBRE A RCL	
Despesa Total com Pessoal - DTP		919.438,22	2,18
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=		2.535.053,23	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=		2.408.300,57	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <=		2.281.547,91	5,40
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Divida Consolidada Líquida		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0,00	0,00
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
JOSÉ LAZARO JUNIOR		FLÁVIA REGINA VELO LUCON	NILTON CARLOS TONHOLO
Presidente da Câmara		Responsável pº Controle Interno	CRC:1SP224295-0-0

CÂMARA M. DE SANTAALBERTINA

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL MAI/2022 A ABR/2023

R.R.F. - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c")		R\$ 1	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		919.438,22	2,18
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=		2.535.053,23	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=		2.408.300,57	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <=		2.281.547,91	5,40
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Divida Consolidada Líquida		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0,00	0,00
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
JOSÉ LAZARO JUNIOR		FLÁVIA REGINA VELO LUCON	NILTON CARLOS TONHOLO
Presidente da Câmara		Responsável pº Controle Interno	CRC:1SP224295-0-0

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL MAI/2022 A ABR/2023

R.R.F. - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c")		R\$ 1	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		919.438,22	2,18
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=		2.535.053,23	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=		2.408.300,57	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <=		2.281.547,91	5,40
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Divida Consolidada Líquida		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0,00	0,00
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
JOSÉ LAZARO JUNIOR		FLÁVIA REGINA VELO LUCON	NILTON CARLOS TONHOLO
Presidente da Câmara		Responsável pº Controle Interno	CRC:1SP224295-0-0

Câmara Municipal SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES

AUDIÊNCIA PÚBLICA

PROJETO LEI - DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA

Edital de convocação de audiência pública para apresentação e discussão do Projeto de Lei nº 09/2023, que "Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da lei orçamentária para o exercício financeiro do ano de 2024, e da outras providências".

A Câmara Municipal de São João das Duas Pontes, convida os munícipes em geral, conselhos municipais, sociedade civil organizada e demais interessados, de acordo com o disposto no artigo 48, da Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2.000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para participarem da "AUDIÊNCIA PÚBLICA", que se realizará no dia **05 de junho de 2023**, às 18:30, em sua sede, situada na Rua Arnaldo Rodrigues Neto nº 315, Centro, com relação ao Projeto de Lei nº 09/2023, o qual se encontra à disposição dos interessados, para consulta e apreciação, podendo ser apresentadas emendas e sugestões as quais serão debatidas na referida audiência pública e encaminhadas às Comissões Permanentes e Técnicas desta Câmara para as devidas providências.

São João das Duas Pontes, 24 de maio de 2023.

Oswaldo Rodrigues dos Santos
Presidente

CONSIRJ

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DE JALES – CONSIRJ EXTRATO DE ADITAMENTO DE CONTRATO

REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2022 - PROCESSO Nº. 07/2022

O Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Região de Jales – CONSIRJ, através de seu Presidente **Sr. LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**, torna público a renovação da contratação da empresa abaixo, para prestação de serviços em consultas médicas na especialidade de Psiquiatria, para as comunidades dos dezesseis municípios participantes do CONSIRJ, a serem prestados nas dependências do **Ambulatório de Saúde Mental de Jales**, pelo período de 01 ano, de 01 de junho de 2023 a 31 de maio de 2024.

EMPRESA	QDT. TOTAL DE CONSULTAS	VALOR POR CONSULTA	VALOR TOTAL ADITADO	CONTRATO Nº.	ADITIVO Nº.
LUMAS - SERVIÇOS MÉDICOS LTDA. CNPJ nº. 38.084.264/0001-43	2.400	R\$ 56,26	R\$ 135.024,00	19/2022	09/2023

Jales/SP, 22 de maio de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Presidente

CONSIRJ

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DE JALES – CONSIRJ EXTRATO DE ADITAMENTO DE CONTRATO

CARTA CONVITE Nº. 01/2020 - PROCESSO Nº. 05/2020

O Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Região de Jales – CONSIRJ, através de seu Presidente **Sr. LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**, torna pública a renovação da contratação da empresa abaixo, para prestação de **Serviços Técnicos Profissionais de Assessoria Jurídica e Serviços de Advocacia**, pelo período de 01 ano, de **01 de Junho de 2023 a 31 de Maio de 2024**.

EMPRESA	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL /ANO	CONTRATO Nº.	ADITAMENTO Nº.
ROBLES E CHAPIQUI – ADVOCACIA CNPJ nº. 03.230.327/0001-48	R\$ 5.911,74	R\$ 70.940,88	19/2020	08/2023

Jales/SP, 22 de maio de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Presidente

PREFEITURA M. DE PARANAPUÃ

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPUÃ avisa que se acham abertas as inscrições à Licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2023, que objetiva a concessão de uso onerosa do "Clube Municipal Luiz Henrique Finotini" pertencente ao patrimônio do Município, conforme autorizada nos termos da Lei Municipal nº 1.677 de 13 de outubro de 2022, sendo destinado a empreendimento de lazer, cuja área total é de 5.000m², pelo tipo de licitação de "MAIOR VALOR OFERTADO", conforme especificações e demais elementos técnicos contidos no Edital e Anexos, sendo o prazo para recebimento das propostas será até às 08h30min do dia 27 de junho de 2023, sendo que a sessão de abertura dos envelopes de documentação e proposta será imediatamente após o horário definido para recebimento das propostas. O edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, no Paço Municipal, na Rua Pedro Lanzoni, nº 2.383, no horário normal do expediente e disponível no site "www.paranapua.sp.gov.br" na aba Licitações. Maiores informações encontram-se à disposição dos interessados, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, no Paço Municipal, na Rua Pedro Lanzoni, nº 2.383, pelo telefone (17) – 3648 9020, no horário normal do expediente e ainda através do e-mail licitacao@paranapua.sp.gov.br.

Paranapuã/SP, aos 23 de maio de 2023.

Daniel Junior Duran Pinatto

Prefeito Municipal

PREFEITURA M. DE NOVA CANAÃ PAULISTA

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº 043/2023

Dispensa nº 027/2023

Termo de Contrato nº 035/2023

Contratação de empresa para prestação de serviço de podas de até 1.050 (um mil e cinquenta) podas de árvores no Município de Nova Canaã Paulista/SP e Distrito de Socimbra, descritivo Anexo

Contratante PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ PAULISTA/SP

Contratada JPL - SERVIÇOS

Início da Vigência 23/05/2023

Vigência Final 23/05/2024

Valor Global R\$37.800,00 (Trinta e sete mil, e oitocentos reais)

Assinatura 23 de maio de 2023

Nova Canaã Paulista/SP 23 de maio de 2023.

Thais Cristina Costa Moreira

Prefeita Municipal

PREFEITURA M. DE NOVA CANAÃ PAULISTA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 027/2023

Pregão Presencial nº 010/2023

Ata de Registro de Preços nº 004/2023

Objeto Registro de Preço para futuras aquisições de pneus para manutenção da frota de veículos e máquinas pertencente a esta municipalidade, conforme descrito no Anexo I

Gestora da Ata PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ PAULISTA/SP

Detentora da Ata AURORA E-COMMERCE LTDA

Vigência 23/05/2023 A 22/05/2024 (12 meses)

Valor Registrado R\$8.420,00 (oito mil quatrocentos e vinte reais)

Assinatura 23 de maio de 2023

Nova Canaã Paulista/SP 23 de maio de 2023.

Thais Cristina Costa Moreira

Prefeita Municipal

PREFEITURA M. DE NOVA CANAÃ PAULISTA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 027/2023

Pregão Presencial nº 010/2023

Ata de Registro de Preços nº 005/2023

Objeto Registro de Preço para futuras aquisições de pneus para manutenção da frota de veículos e máquinas pertencente a esta municipalidade, conforme descrito no Anexo I

Gestora da Ata PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ PAULISTA/SP

Detentora da Ata SANTANA DISTRIBUIÇÃO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

Vigência 23/05/2023 A 22/05/2024 (12 meses)

Valor Registrado R\$66.790,96 (sessenta e seis mil setecentos e noventa reais e noventa e seis centavos)

Assinatura 23 de maio de 2023

Nova Canaã Paulista/SP 23 de maio de 2023.

Thais Cristina Costa Moreira

Prefeita Municipal

PREFEITURA M. DE NOVA CANAÃ PAULISTA

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Processo nº 011/2023

Pregão Presencial nº 003/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada para confecção de prótese dentária confeccionada por protético especializado, a serem distribuídas aos pacientes usuários do consultório odontológico da Unidade Básica de Saúde – UBS, deste município. Thais Cristina Costa Moreira, Prefeita do Município de Nova Canaã Paulista, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pelo julgamento realizado pelo Pregoeiro, ADJUDICAA licitação em epígrafe, a favor da licitante vencedora: RODRIGO RODRIGUES BARROZO LOPES - ME, CNPJ sob nº 27.512.324/0001-65, estabelecida na cidade de Onda Verde/SP, vencedora do item 01, perfazendo o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), Nova Canaã Paulista/SP, 23 de maio de 2023. Thais Cristina Costa Moreira Prefeita Municipal.

PREFEITURA M. DE NOVA CANAÃ PAULISTA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo nº 011/2023

Pregão Presencial nº 003/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada para confecção de prótese dentária confeccionada por protético especializado, a serem distribuídas aos pacientes usuários do consultório odontológico da Unidade Básica de Saúde – UBS, deste município. HOMOLOGO, para que produza os seus efeitos legais a decisão proferida pelo Pregoeiro, figurando como licitante vencedor a empresa RODRIGO RODRIGUES BARROZO LOPES - ME, CNPJ sob nº 27.512.324/0001-65, estabelecida na cidade de Onda Verde/SP, Nova Canaã Paulista/SP, 23 de maio de 2023. Thais Cristina Costa Moreira Prefeita Municipal

PREFEITURA M. DE NOVA CANAÃ PAULISTA

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Processo nº 027/2023

Pregão Presencial nº 010/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada no ramo para aquisição de materiais de expediente e papelaria conforme descrito no anexo I.

Thais Cristina Costa Moreira, Prefeita do Município de Nova Canaã Paulista, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pelo julgamento realizado pelo Pregoeiro, ADJUDICA: A licitação em epígrafe, a favor das licitantes vencedoras: SANTANA DISTRIBUIÇÃO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ sob nº 47.043.897/0001-02, estabelecida na cidade de Dracena/SP, vencedora dos itens 01, 02, 03, 04 e 05 perfazendo o valor total de R\$ 66.790,96 (sessenta e seis mil setecentos e noventa reais e noventa e seis centavos), e AURORA E-COMERCE LTDA, CNPJ sob nº 44.545.120/0001-40, estabelecida na cidade de Jaraguá do Sul/SC, vencedora dos itens 06 e 07, perfazendo o valor total de R\$ 8.420,00 (oito mil quatrocentos e vinte reais), cujas propostas apresentadas foram consideradas válidas pelo critério de aceitabilidade, tudo em conformidade com os elementos contidos no processo licitatório. Nova Canaã Paulista/SP, 23 de maio de 2023. Thais Cristina Costa Moreira Prefeita Municipal.

PREFEITURA M. DE NOVA CANAÃ PAULISTA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo nº 027/2023

Pregão Presencial nº 010/2023

Objeto: Aquisições de pneus para atender a necessidade do município, conforme descrito no Anexo I.

HOMOLOGO, para que produza os seus efeitos legais a decisão proferida pelo Pregoeiro, figurando como licitantes vencedores as empresas SANTANA DISTRIBUIÇÃO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ sob nº 47.043.897/0001-02, estabelecida na cidade de Dracena/SP e a empresa AURORA E-COMERCE LTDA, CNPJ sob nº 44.545.120/0001-40 estabelecida na cidade de Jaraguá do Sul/SC. Nova Canaã Paulista/SP, 23 de maio de 2023. Thais Cristina Costa Moreira Prefeita Municipal

REGIÃO NOROESTE

Prefeitura de Andradina decreta intervenção administrativa na Santa Casa



A Prefeitura de Andradina decretou na segunda-feira (15/05) uma intervenção administrativa na Santa Casa da cidade. A medida vale, inicialmente, por 180 dias.

Conforme a prefeitura, o objetivo da intervenção é a manutenção da assistência médico-hospitalar e dos serviços de saúde integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS). Com a intervenção, os atuais membros da diretoria da Organização Social de Saúde (OSS) Immandade da Santa Casa de Andradina ficam afastados e desabilitados de suas funções, e a gestão do hospital passa a ser do Executivo.

Uma Comissão de Intervenção foi nomeada e o médico Edson Lopes será o interventor pela administração municipal. A prefeitura garantiu que nenhum serviço será prejudicado.

A Santa Casa é o único hospital de Andradina e atende toda a demanda da cidade e região. O local atende pacientes de Castilho (SP), Nova Independência (SP) e Murutinga do Sul (SP).

Questionada pelo g1, a direção da OSS Irmandade da Santa Casa informou que não vai se manifestar sobre o caso e que não tem informações precisas sobre o andamento das investigações.

Irregularidades

No decreto, a prefeitura expõe que a população reclamava constantemente da falta de atendimento no hospital. A Santa Casa também já relatou a dificuldade em atender

a demanda dos pacientes e, por isso, disse que fecharia leitos.

As irregularidades apontadas pela Santa Casa de Andradina foram protocoladas pela prefeitura à promotoria, em fevereiro de 2021, com solicitações e apontamentos verificadas desde 2018, mas sem nenhuma resolução ou resposta efetiva. Inclusive, o decreto informou que o hospital se nega a atender gestantes em trabalho de parto.

No final de 2022, o Comitê Municipal de Prevenção de Mortalidade Infantil, diante da ocorrência de mortes de crianças menores de um ano de idade, fez recomendações para a Santa Casa, bem como para adequação da área hospitalar em relação a sua estrutura física, equipamentos e capacitação de pessoal. Um inquérito policial foi instaurado e enviado ao Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP) para investigar o descumprimento de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em 2014.

O MP, por sua vez, acatou a denúncia e informou que é comprovado que a Santa Casa não está disponibilizando pronto atendimento médico. A ação judicial está em trâmite.

A prefeitura também destacou que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) apontou irregularidades na utilização dos repasses utilizados pela Santa Casa.